EDUCAÇÃO CONECTADA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Autor(res)

Tânia Gisela Biberg-Salum
Elizania Regina Maciel
Erlinda Martins Batista
Katia Alexandra De Godoi E Silva
Kátia Guerchi Gonzales
Georgina Jansen Mendes
Marisa Da Silva Araújo
José Luiz Magalhães De Freitas

Categoria do Trabalho

Pós-Graduação

Instituição

UNIVERSIDADE ANHANGUERA - UNIDERP

Introdução

Quando a educação formal está pautada no desenvolvimento de competências e habilidades, as quais são requeridas por meio de novas formas de interpretar e vivenciar o mundo, esta pode ser beneficiada por ações em prol do contexto tecnológico, possibilitando saltos na qualidade e equidade do ensino e em melhorias também nos processos de gestão. A integração da tecnologia com a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) reconhece a relevância da cultura digital e o seu impacto nas esferas sociais, implicando na ressignificação da cultura escolar e social. Frente a essas reflexões, destaca-se o Programa de Inovação Educação Conectada que almeja fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na Educação Básica e está fundamentado em uma teoria (Four in Balance) que assevera que impactos positivos serão atingidos se quatro dimensões forem contempladas equilibradamente, quais sejam, visão, formação de professores e gestores, recursos educacionais digitais e infraestrutura (CIEB, 2019).

Objetivo

Analisar publicações acerca da abordagem do tema Educação Conectada e o contexto relacional com os parâmetros do PNE, da BNCC e dos Programas de implantação de novas tecnologias na educação, visando a identificação do alinhamento das metas em prol da construção e desenvolvimento da educação básica nacional, com uso das TICs como ferramentas educacionais.

Material e Métodos

Adotou-se, para o levantamento dos dados, revisão bibliográfica de artigos apresentados na disciplina de Políticas Públicas para Uso de Tecnologia no Ensino do Mestrado Ensino em Ciências e Matemática, UNIDERP/MS, como também, análise do conteúdo do programa Educação Conectada, alocado no site do Ministério da Educação, como orientadores no estudo dos programas de implantação de novas tecnologias educacionais. As produções

foram lidas com vistas a textos que atendessem o objetivo deste estudo, na busca de analisar o contexto relacional entre os termos “educação conectada e políticas públicas”. Foram selecionados 2 artigos, sendo os autores Heinsfel & Pischetola (2019) e Monteiro & Silva (2016), estes atendiam aos critérios definidos como necessários e pertinentes para a inclusão na reflexão deste estudo. Verificou-se, a partir das leituras preliminares, a necessidade de analisar-se o PNE (BRASIL, 2014) e a BNCC (BRASIL, 2017) com foco reflexivo no uso das tecnologias na educação.

Resultados e Discussão

Resultando da leitura analítica dos artigos, nota-se que a sociedade se encontra conectada por interlocutores digitais e sinaliza a necessidade de atualizações no campo do ensino e aprendizagem. Isto posto, as TICs têm surgido e se desenvolvido na perspectiva de instrumentalizar, tecnologicamente alunos e professores (BRASIL, 2019). Depreendeu-se do estudo que o PNE apresenta materialização histórica e articulada da intenção do país caminhar em busca da garantia do direito à educação de qualidade, em consonância com a BNCC (BRASIL, 2017), para que o trabalho e o engajamento tecnológico educacional de fato se efetivem. O Programa de Inovação Educação Conectada mostra-se como proposta para atingir as necessidades verificadas, visando modernização de políticas públicas, na busca de garantir a integração da tecnologia no ambiente escolar, universalizando o acesso à internet e promovendo as TICs como instrumento pedagógico, entrelaçando alunos e professores neste processo (CIEB, 2019).

Conclusão

Conclui-se que são necessárias várias ações para que se trabalhe no campo do ensino-aprendizagem com o uso das tecnologias de comunicação e informação, mesmo quando estas se encontrem pautadas em políticas públicas e programas voltados ao enfoque da temática no ambiente escolar. Nesse sentido, é importante observar que o estudante é o foco da aprendizagem, mas o que o cerca, são focos do ensino, em que as ações poderão fazer a diferença na garantia dos direitos frente as políticas educacionais.

Referências

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Educação Conectada; 2019. Disponível em: http://educacaoconecatda.mec.gov.br . Acesso em: 05 mai.2021.

CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA (CIEB), 2019. Disponível em: https://cieb.net.br/cieb-estudos-4-politicas-de-tecnologia-na-educacao-brasileira-historico-licoes-aprendidas-e-recomendacoes/ Acesso em 19 ago. 2021.

HEINSFEL, Bruna Damiana. PISCHETOLA, Magda. O discurso sobre tecnologias nas políticas públicas em educação. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 45, e205167, 2019. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 45, e205167, 2019.

MONTEIRO, Natália Andreoli; SILVA, Maria da Graça Moreira da. O Que Dizem Políticas Públicas Educacionais Sobre Tecnologias Para A Educação? PUC. São Paulo/SP Maio/2016.